

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-SAM: CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE AMBIENTAL

Ata da 63ª Reunião Ordinária – 05/04/2016- 09h00min – Centro de Estudos Ambientais - UNESP – Rio Claro

Endereço: Av. 24 A, 1515 - Jardim Bela Vista, Rio Claro - SP, 13506-900.

Membros Presentes	
ASSEMAE	(T) Rogério Padula Santamaria
CETESB	(S) Livia Fernanda Agujaro
DAE AMERICANA	(S) Leandro Gustavo Peccin
DAE AMERICANA	(T) Margareth Isabel Amaral
DAE STA BÁRBARA D'OESTE	(T) Cláudio Viana dos Santos
DAE JUNDIAÍ	(S) Maria Elisabete Mendes Lopes Botán
F.M DE RIO CLARO	(S) Luciana de Souza
IAL RIO CLARO	(S) Maria Cecília Hitomi Kuzuoka Ferreira da Silva
IPSA – RIO CLARO	(T) Adriana Fabiana Corrêa
IPSA – RIO CLARO	(S) Dejanira Franceschi de Angelis
IPSA – RIO CLARO	(S) Harold Gordon Fowler
IPSA – RIO CLARO	(S) Maria Aparecida Benedita Bortolazzo
IPSA – RIO CLARO	(S) Miguel Madalena Milinski
ODEBRECHT AMBIENTAL – LIMEIRA	(S) José Gilberto Ribeiro Coelho
ODEBRECHT AMBIENTAL – LIMEIRA	(S) Roberta Souza Basso
ROTARY – RIO CLARO	(S) Dejanira de F. de Angelis
SANASA	(T) Rogério Padula Santamaria
SEMAE – PIRACICABA	(T) Antonio Carlos Ferreira
SORIDEMA	(T) Dejanira Franceschi de Angelis
SORIDEMA	(T) Harold Gordon Fowler
VISA CORDEIRÓPOLIS	(T) Vanderlei Ocimar Marangon
VISA CORDEIRÓPOLIS	(S) Valmir Sanches
VISA STA GERTRUDES	(T) Adriana Fabiana Corrêa

Membros ausentes com justificativa

Entidade

DRS – PIRACICABA
FT/UNICAMP
GVE XX – PIRACICABA
GVS XX – PIRACICABA
IAL – CAMPINAS
PM DE IPEÚNA
SABESP
VISA – IRACEMÁPOLIS

(T) - Titular (S) Suplente (R) Representante

CONVIDADOS

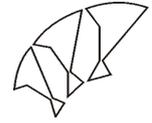
AGÊNCIA PCJ	Andréia P.B. Laucci
CETESB	Nelson Menegon
CETESB	Roberto Xavier
CETESB	Juliana Collaço
CETESB	Celina R. Silva
SANASA	Márcia Trevisan Vigorito
Ministério Público-GAEMA	Rodrigo Sanches Garcia

SANASA	Adriana M. Boscolo
SANASA	Guilherme Gimenes

1. Boas Vindas: O Sr. Amauri Antonio Menegário Vice Coordenador do Centro de Estudos Ambientais, abriu a reunião dando boas vindas e desejando uma reunião produtiva. **2. Pauta:** A pauta e a convocação da reunião foram enviadas aos representantes por correio eletrônico. **3. Abertura da 63ª Reunião Ordinária:** A abertura foi realizada às 09h30min, pela Coordenadora Adriana, agradecendo a presença de todos, com início da pauta a aprovação da ATA. **4. Aprovação da ATA da 62ª Reunião da CTSAM;** sem necessidade de leitura a Ata foi aprovada por unanimidade. **5.** Antes da 1ª palestra, a Coordenadora informou que a Sra. Maria Aparecida Benedita Bortolazzo se colocou à disposição para ser Representante da CT-SAM na TV-PCJ. Esclareceu que se houvesse outro membro interessado, poderia se manifestar. Como não houve interesse por nenhum membro, passou-se para a 1ª apresentação com o Químico da CETESB Roberto Xavier de Oliveira sobre **“A Caracterização da Bacia do Rio Capivari” – Nota Técnica sobre o estudo da poluição da calha do Rio Capivari.** A Bacia do Rio Capivari corta os limites geográficos dos seguintes municípios: Jundiaí, Louveira, Vinhedo, Itupeva, Valinhos, Campinas, Indaiatuba, Hortolândia, Itatiba, Monte Mor, Elias Fausto, Capivari, Rafard, Mombuca, Santa Bárbara d'Oeste, Rio das Pedras e Tietê. O uso de dados ao solo destes municípios, dentro dos limites da Bacia do Rio Capivari, tendem a influenciar diretamente na qualidade e quantidade das águas deste importante corpo hídrico. A região é composta por extensas áreas antropizadas utilizadas para pastagem e atividade agrícolas, mantendo pouca vegetação nativa junto à cabeceira do Rio Capivari. Outra característica marcante da bacia é a de grandes trechos urbanos caracterizados por edificações e equipamentos tipicamente urbanos, principalmente no município de Campinas. Nestas manchas urbanas residem por volta de 650.000 habitantes. Em relação ao saneamento básico, 89% da população urbana da bacia é assistida por coleta e afastamento de esgoto sanitário e deste montante, 72% é devidamente submetido a tratamento em estações destinadas para este fim. Isto significa que o esgotamento sanitário de aproximadamente 35% da população urbana chega

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-SAM: CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE AMBIENTAL

Ata da 63ª Reunião Ordinária – 05/04/2016- 09h00min – Centro de Estudos Ambientais - UNESP – Rio Claro
Endereço: Av. 24 A, 1515 - Jardim Bela Vista, Rio Claro - SP, 13506-900.

aos corpos d'água da bacia *in natura*. Mesmo com bons níveis de coleta e tratamento de esgoto, o município de Campinas ainda representa a maior carga orgânica biodegradável de toda a Bacia do Capivari, quer seja pelo lançamento do efluente tratado pelas estações ou pelo esgoto ainda não manejado de forma adequada. Condições de baixo nível ou inexistência de tratamento do esgoto doméstico, como nos casos dos municípios de Louveira, Capivari e Rafard, ou de baixo atendimento de coleta de esgoto apresentado pelo município de Monte Mor, ou ainda a situação atípica do município de Campinas são fatores que influenciam significativamente no comprometimento da qualidade das águas do Rio Capivari e de alguns de seus principais afluentes. Devido à importância da bacia e dos múltiplos usos dados às águas do Rio Capivari e a sua suscetibilidade a períodos de estiagem, faz-se necessárias tomadas de ação que estimulem o manejo cada vez mais adequado do recurso hídrico e a universalização do tratamento dos esgotos domésticos. Após a palestra, teve início os comentários e as perguntas. A Bióloga Lívia da CETESB comenta que a grande carga orgânica está no Rio Capivari. A Profª Dejanira ressalta a importância das análises de outros parâmetros além da DBO, enfatizando que na nossa região a população é muito grande e os recursos hídricos insuficientes. Comenta ainda que as descargas clandestinas são realizadas quando não há monitoramento. Sobre o IQA, a Profª Dejanira comenta que é uma média anual e que quando o índice é dos dois períodos – seca/chuvoso, a média camufla os valores. Comenta ainda que o trabalho do Dr. Márcio da UNESP- Rio Claro, enfatiza que o controle das estações de tratamento de Esgoto está insuficiente, principalmente em relação à presença de E. coli. O Dr. Rodrigo, do GAEMA de Campinas fala da intenção de se juntar esforços CETESB-SANASA para monitorar com mais eficiência os pontos do Rio Capivari e Córrego do Piçarrão. A Profª Maria questiona sobre a periodicidade dos pontos de coleta e que a preocupação maior é com as intempéries momentâneas. O palestrante esclarece que as coletas são realizadas a cada 2 meses e que há diferença nos resultados se houve chuva no período. A Profª Marin comenta ainda que muitas cidades da região vivem da agricultura e podem estar atreladas à maior carga orgânica remanescente da agricultura e

que além dos contaminantes orgânicos, existem os químicos, inclusive os biocidas, que afetam a biota aquática. A Bióloga Lívia, da CETESB esclarece que de Louveira a Monte-Mor não existe mais área destinada à agricultura, mas que abaixo do município de Monte-Mor pode ser que haja mais contribuição de contaminantes devido à presença de usinas, além de ausência de matas ciliares na região. Comenta ainda que, há intenção da CETESB em realizar uma parceria entre universidades e outras instituições para pontuar as fontes para um rastreamento da situação atual nos pontos de coleta do Rio Capivari já existentes. A Profª Maria Marin ressalta que um projeto para ser aprovado precisa de dados sobre as condições e as melhorias junto aos problemas levantados. A Coordenadora da CTSAM Adriana cogita a possibilidade de incluir o Programa no SSD do PCJ. Para isso, seria importante a criação de um Grupo de Trabalho para discussão do tema, discute-se também a inclusão de mais um ponto de monitoramento pela Cetesb no córrego do Piçarrão, o Dr. Rodrigo diz que irá solicitar da CETESB a inclusão de mais um ponto, porém é necessário lembrar que necessitamos de ações para melhorar as estações de tratamento e coleta de esgoto doméstico, e que apenas mais um ponto de coleta sem uma ação efetiva para diminuir a poluição hídrica não é suficiente para a proteção da saúde ambiental. **2ª Apresentação: Protocolo de recomendações sobre pontos importantes a serem inseridos no licenciamento ambiental especialmente de empreendimentos habitacionais. Monitoramento do carrapato estrela) – Bióloga da CETESB, Dra. Lívia Fernanda Agujaro.** Em relação ao Licenciamento Ambiental, os empreendimentos devem contemplar: corredores de vegetação entre fragmentos de matas e matas ciliares para o trânsito da fauna silvestre; coleções hídricas importantes para dessedentação e finalidade paisagística; restauração florestal em APPs de áreas urbanas com plantios para formação de bosques ou ajardinamento; APP área rural e Manutenção da APP em áreas urbanas; áreas verdes (trilhas educativas) x sistemas de lazer. Os novos loteamentos, deverão ser contemplados com: plano de manejo para manter as vegetações de pasto/áreas abertas loteadas sempre roçadas, rentes ao solo; isolamento das áreas verdes das áreas residenciais; monitoramento de carrapatos: importância para definição de estratégias de manejo para áreas

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-SAM: CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE AMBIENTAL

Ata da 63ª Reunião Ordinária – 05/04/2016- 09h00min – Centro de Estudos Ambientais - UNESP – Rio Claro
Endereço: Av. 24 A, 1515 - Jardim Bela Vista, Rio Claro - SP, 13506-900.

infestadas próximo aos lotes; zona tampão entre as áreas de vegetação nativa e os lotes (sistema viário – atropelamentos de fauna/áreas não vegetadas) – planejamento urbano; recuperação da cobertura vegetal das APPs hídricas; colocação de placas de aviso alertando para o risco de infestação de carrapatos e da febre maculosa; cercamento do condomínio, impedindo o estabelecimento de populações de capivaras nos açudes e reservatórios de controle de enchentes ; programa de educação ambiental e manejo populacional de *Hydrochoerus hydrochaeris* (capivara). Estudos apresentados sobre a febre maculosa contemplam ambientes propícios e apontam como principais hospedeiros em ordem de importância: capivaras, equídeos, gambás e cães, podendo ocorrer em aves. Com o avanço do número de notificações da doença para novas áreas do Estado de São Paulo, técnicos da Superintendência de Controle de Endemias - SUCEN, e da Universidade de São Paulo - USP elaboraram o Manual de Vigilância Acarológica o qual incorporou o controle de carrapatos no conjunto de responsabilidades da área de vigilância e controle de vetores. Considerando o importante papel desempenhado pelos carrapatos como vetores e reservatórios de doenças e o desconhecimento da magnitude da febre maculosa brasileira no Estado de São Paulo, há a necessidade de se estabelecer critérios de vigilância voltados para o agente transmissor, com o objetivo de prevenir a sua transmissão, assim como de outras doenças transmitidas por carrapatos. Devido à necessidade de definir ações voltadas ao manejo populacional de capivaras como uma das ferramentas para o controle da doença, há necessidade da união de esforços para o estabelecimento de diretrizes voltadas ao manejo populacional de capivaras, por meio do intercâmbio de informações, com o objetivo de controlar a febre maculosa brasileira. Em algumas áreas do Estado de São Paulo a ocorrência de casos de febre maculosa brasileira está fortemente associada à presença de capivaras *Hydrochaeris hydrochaeris*, por serem consideradas hospedeiros amplificadores de *Rickettsia rickettsii*, agente etiológico da doença, na natureza, com base nas seguintes características: a) são hospedeiros primários de carrapatos das espécies *Amblyomma cajennense* e *Amblyomma dubitatum*, vetores da *R. rickettsii*; b) são abundantes nas áreas endêmicas de febre maculosa brasileira e c) são

suscetíveis ao agente etiológico, sendo, portanto, fonte de infecção do mesmo. As capivaras são consideradas amplificadores das riquétsias por um período de até 15 (quinze) dias, podendo assim infectar carrapatos. Após esse período, os animais desenvolvem uma resposta imune humoral à bactéria que, como demonstrado em outras espécies, conferem proteção contra um novo desafio pela mesma espécie de bactéria. No entanto, novas capivaras nascidas no grupo ou introduzidas no ambiente são suscetíveis à bactéria, perpetuando o ciclo da doença. Nas discussões sobre a apresentação verificou-se a necessidade de um dia de trabalho com técnicos específicos da área para a elaboração de um documento guia a ser encaminhada aos Comitês PCJ sobre protocolos de manejo a animais sinantrópicos e silvestres nos licenciamentos ambientais e principalmente loteamentos, Dra. Lívia fará os contatos e será marcado um dia de discussões para a formulação do documento. Sra. Elisabete do DAE de Jundiaí citou seu trabalho de monitoramento dos corpos hídricos em Jundiaí, relatou a necessidade de um programa que a auxiliasse neste trabalho, A Coordenadora da CTSAM e o Professor Fowler farão contato com o Sr. Eduardo Léo da Agência de Bacias PCJ, para verificar a possibilidade de apresentação do SSD PCJ na próxima reunião, pois podemos solicitar que as demandas da CTSAM sejam incluídas no SSD PCJ. A próxima reunião será dia 07 de junho de 2016 em Jundiaí Sra. Elisabete irá apresentar seu trabalho com o monitoramento dos mananciais do município.

7. Encerramento: Encerrando a pauta e nada mais havendo a tratar a Coordenadora da CT-SAM agradeceu a presença e deu por encerrada a reunião.

ADRIANA FABIANA CORRÊA
Coordenadora – CT-SAM